

# Poulantzas, o Estado e a Revolução

ADRIANO CODATO<sup>1</sup>

Este artigo apresenta uma periodização possível – mas não consensual – da obra de Nicos Poulantzas entre 1968 e 1978 (os anos da edição de *Poder político e classes sociais* e *O Estado, o poder, o socialismo*), tendo como ponto de referência o conceito de “Estado capitalista”.

Estabeleço três princípios de leitura dos seus textos: o contexto intelectual a partir do qual foram escritos, a problemática teórica em função da qual foram pensados e a estratégia política que se poderia derivar deles. Dois temas servem para ilustrar essa discussão: a *função* do Estado capitalista e a *destruição* do Estado capitalista.

Antes de expor e explicar a periodização que divide suas idéias em três fases (“Poulantzas 1, 2 e 3”, para simplificar), recordo sua vizinhança com e sua ascendência sobre a teoria do Estado. A produção teórica de Poulantzas e a renovação terminológica que ela produziu só são compreensíveis, todavia, quando se tem presente suas divergências com a Ciência Política e com a Sociologia não-marxista. O fundamental aí é o modo como ele vê e a maneira como ele se diferencia dos problemas tradicionais e dos protocolos convencionais da corrente anglo-saxã, principalmente. A partir da relação, ou mais propriamente, da não relação dessa filosofia com a ciência social não marxista, e com base naqueles três critérios de interpretação (a política, a teoria e as lutas políticas no domínio da teoria), apresento as noções sucessivas de Estado capitalista como *estrutura, aparelho e relação*.

---

1 Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Paraná (UFPR).

As diferenças entre uma noção e outra e a passagem de uma para outra podem ser explicadas por dois determinantes: *a heteronomia dessa teoria política em relação às lutas teóricas e às dissensões políticas no campo político*; e *a autonomia dessa teoria em relação à Sociologia e à Ciência Política como práticas científicas “puras”*. Esse jogo duplo é tão ou mais necessário quanto menos se pode prescindir, nesse momento de (re)fundação da doutrina marxista do Estado, dos dividendos decorrentes de dois princípios de consagração: a *autoridade universitária*, disputada contra a ciência social “burguesa”, pela imposição da teoria marxista da política como a teoria legítima da política; e a *autoridade política*, transmitida pelo partido teórico e/ou pelo projeto social no qual se está implicado<sup>2</sup>.

Para seguir os sucessivos desvios, desenvolvimentos e arrombamentos do autor no campo da teoria do Estado dividi este ensaio, que é uma espécie de indexação temática de seus escritos, em três partes.

Na primeira, menciono o contexto intelectual com o qual e contra o qual seus livros, em especial o primeiro, merecem ser lidos. Como Perry Anderson argumentou, o “marxismo ocidental” manteve-se, até o final dos anos 1960, pelo menos, indiferente às questões clássicas que mobilizaram o materialismo histórico: o “exame das leis econômicas da evolução do capitalismo como modo de produção, a análise da máquina política do Estado burguês [e da] estratégia da luta de classes necessária para derrubar” esse Estado<sup>3</sup>. Poulantzas foi uma honrosa exceção e seus ensaios podem ser lidos como uma via que contribuiu para reencontrar a disposição original dos fundadores<sup>4</sup>.

Na segunda parte, apresento e justifico a pertinência dos três indicadores de leitura – o intelectual, o conceitual e o político –, a fim de apurar as respostas de Poulantzas a dois problemas atinentes ao conceito de Estado capitalista: o problema da *função* do Estado, tópico ligado à questão da reprodução do capitalismo; e o problema da *demolição* do Estado, tema ligado, por sua vez, à questão da transição ao socialismo. Bob Jessop alega que “As concepções de Poulantzas a respeito da estratégia política” de transformação social “mudaram *pari passu* com as mudanças nas suas concepções sobre a natureza do Estado capitalista”<sup>5</sup>. Na realidade, pode-se pensar que o inverso seja tão ou mais verdadeiro.

Na terceira parte, comento a primeira teorização de Poulantzas (“Poulantzas 1”) e seu projeto de construir uma *teoria geral* do nível político no modo de produção

---

2 Para a sugestão original dessa idéia, ver Pierre Bourdieu, O discurso de importância. Algumas reflexões sociológicas sobre o texto “Algumas observações críticas a respeito de *Ler O capital*”. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996, p.168.

3 Perry Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976, p.61.

4 Para a mesma constatação, ver Bob Jessop, *Political Economy, Political Ecology, and Democratic Socialism*. Paper presented in the First Annual Nicos Poulantzas Memorial Lecture/Nicos Poulantzas Institute delivered at Panteios University of Economics and Political Sciences, 7<sup>th</sup> December 2007, digit., p.4-5.

5 Bob Jessop, *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*. Oxford: Blackwell, 1982, p.177.

capitalista – ou, mais especificamente, produzir o conceito de Estado relativo a esse modo de produção. Ainda que essa formulação não postule nem imponha um programa de transição ao socialismo, traz implícito um modelo “leninista” de derrubada do Estado capitalista. Em seguida, resumo a idéia do Estado como um feixe de aparelhos (“Poulantzas 2”) elaborada a partir da análise de dois tipos de “regimes de exceção”: o *fascismo* e a *ditadura militar*. No final, procuro destrinçar a última formulação poulantziana (“Poulantzas 3”) e suas conseqüências políticas. O Estado passa a ser pensado tal qual o capital: não como um objeto que se possui e se dispõe, ou como um sujeito com vontade própria, situado acima ou ao lado das classes, mas como uma relação social, fórmula aparentemente enigmática mas plenamente compreensível quando se tem presente a trajetória ideológica do autor, suas reorientações filosóficas no âmbito do marxismo e as sucessivas conversões políticas em direção ao “eurocomunismo de esquerda”<sup>6</sup>.

### 1. Estado e teoria do Estado

As questões relativas ao poder e ao Estado foram reintroduzidas na tradição marxista por dois trabalhos bastante desiguais, na forma e no conteúdo: *Pouvoir politique et classes sociales*, de Nicos Poulantzas (publicado em Paris em 1968) e *The State in Capitalist Society*, de Ralph Miliband (publicado em Londres em 1969). Durante os anos 1970 o tema recebeu um impulso considerável a partir da polêmica entre os autores nas páginas do periódico radical inglês *New Left Review* sobre três tópicos: como haver-se com o legado teórico de Marx; como proceder no trabalho intelectual nas Ciências Sociais; e como compreender, tanto de um ponto de vista conceitual como de um ponto de vista empírico, a relação entre o Estado capitalista, as classes dominantes e a burocracia (ou a elite) estatal.

São também desse período, além do influente livro de Jürgen Habermas, *A crise de legitimação do capitalismo tardio* (1973), a série de artigos de Claus Offe sobre a afinidade entre o Estado capitalista e as questões da acumulação e legitimação que apareceram regularmente a partir de 1972 em uma série de periódicos acadêmicos (*International Journal of Sociology, Politics and Society, Kapitalistate* etc.). O trabalho de Habermas foi publicado quase simultaneamente aos debates da *Escola lógica do capital* conduzidos por Wolfgang Müller, Christel Neusüss, Elmar Altvater e Joachim Hirsch na Alemanha. Os temas e as teses dos derivacionistas foram retomados e contestados, nos Estados Unidos, por James O’Connor (em *A crise fiscal do Estado*). Ao mesmo tempo na França, à parte os escritos de Poulantzas, o estímulo para reconsiderar a problemática tradicional do marxismo – em duas palavras: o Estado e a economia – viria primeiro dos estudos

6 Essa divisão, periodização e denominação foram propostas por Décio Saes. *Teoria do Estado II*. Curso policopiado. Campinas, 1985. A interpretação acrescentada a elas, a submissão desse esquema aos critérios de leitura explicitados a seguir e nuances menos importantes são de minha responsabilidade.

filiados ao PCF sobre o *Capitalismo monopolista de Estado* (de Paul Boccara e outros) e, logo em seguida, da proposição da *Teoria da regulação* por Michel Aglietta, Alain Lipietz, Robert Boyer e Bruno Théret.

Assumindo o marxismo de Marx e disputando sua decodificação, ora através da sua Economia (basicamente *O Capital*), ora por meio de sua Política (os escritos históricos e os textos de polêmica ideológica), todos retornaram ao catálogo consagrado das obras clássicas com a disposição tanto para *extrair* uma teoria específica do Estado capitalista (Miliband) quanto para *elaborar* uma teoria geral do nível jurídico-político (Poulantzas), ou mesmo para *reconstruir* o materialismo histórico (Habermas). Com graus de sofisticação variados, essa literatura propôs uma fileira de conceitos para compreender e explicar as novas afinidades entre o Estado e as *relações de produção* (isto é, a estrutura social), e o Estado e as *formas de acumulação* (isto é, a economia capitalista). Foi o caso das locuções bloco no poder (Poulantzas), elite estatal (Miliband), seletividade estrutural (Offe), tecnologia organizativa (Therborn), capitalismo estatal (E. Olin Wright), regime de acumulação (Lipietz), forma Estado (Hirsch).

Um dos assuntos mais importantes e que constituiu ora o ponto de partida, ora o ponto de chegada de muitas dessas proposições foi a questão da “autonomia relativa” do Estado, expressão fabricada por Nicos Poulantzas *para pensar três problemas diferentes*: a relação concreta entre o pessoal do Estado (a burocracia) e as classes e frações dominantes; a relação peculiar, ou a separação característica, entre o Estado (ou o político) e as relações de produção (o econômico) no modo de produção capitalista; e, em termos mais abstratos, a especificidade “do político” (isto é, a superestrutura jurídico-política do todo social, instância que compreende o Estado) como um *objeto real* e como um *objeto de conhecimento* de direito próprio<sup>7</sup>. A teoria marxista do Estado capitalista pautou-se em grande parte exatamente por essas questões.

A flutuação em torno do interesse e do impacto dessa literatura nas ciências sociais tendeu a acompanhar a centralidade política do Estado capitalista nos países adiantados e a autoridade de suas decisões para regular a economia ou fazer frente às suas convulsões periódicas. A “teoria do Estado” foi importante na Ciência Política enquanto se julgou que o Estado era um ator importante na política<sup>8</sup>. Assim, a discussão sobre os *mecanismos de legitimação* do capitalismo nos anos 1970 foi um tema típico da crise do Estado de Bem-Estar Social; e os

7 Para esses três sentidos, mas com uma formulação ligeiramente diferente, ver Décio Saes, A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n.7, p.46-66, 1998.

8 Uma evidência: no catálogo que Robert E. Goodin e Hans-Dieter Klingemann organizaram sobre o estado da disciplina nos anos 1990, não há uma seção sequer dedicada ao problema do Estado. Os capítulos que passam mais perto do assunto foram reunidos sob o título “Public Policy and Administration”. Ver *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. Poulantzas é referido duas vezes em 845 páginas; Therborn, uma vez; E. O. Wright, três vezes, e Miliband nenhuma. Dessa turma, o autor com mais citações concedidas é Offe: 14.

problemas derivados da relação do Estado com o *processo de acumulação*, sua capacidade de intervenção e de direção da economia, um assunto que entrou na ordem do dia a partir do esgotamento do grande ciclo de crescimento econômico de 1974 em diante. Dos anos 1970 aos 1980, a estatização do conflito social (pela via das políticas compensatórias), a politização da economia (pela via indireta da regulação ou pela via direta da produção), a privatização do Estado (através dos esquemas neocorporativistas de representação de interesses), todas essas expressões correntes nas Ciências Sociais foram jeitos de perceber o lugar central e o papel obrigatório do Estado capitalista na vida social. O marxismo – Poulantzas em especial – foi quem mais promoveu a reflexão sobre essas questões.

Embora o pêndulo não tenha regressado ainda a sua posição anterior, os quarenta anos da publicação de *Poder político e classes sociais* são uma formidável oportunidade para retornar a esse livro e retomar uma ou duas das tantas idéias que instituíram, a partir de 1968, a agenda de pesquisa obrigatória do marxismo teórico. Dada a centralidade para a literatura referida acima – Poulantzas foi, entre os marxistas, o autor com o qual e contra o qual mais se escreveu durante os anos 1970 e logo depois<sup>9</sup> –, sua trajetória intelectual pode funcionar como um ponto de orientação, seja para realizar uma história política das idéias políticas da segunda metade do século XX, seja para fazer um balanço das contribuições do marxismo ao debate público.

## 2. Três princípios de classificação

Quando Nicos Poulantzas faleceu em 1979, aos 43 anos, contava já com uma obra importante e impressionante.

No intervalo de apenas uma década havia publicado cinco livros de teoria política<sup>10</sup> e protagonizara o célebre debate com Ralph Miliband sobre como compreender o marxismo e como explicar, a partir daí, a política capitalista. Convidado, passara a dirigir uma coleção de estudos empíricos de Sociologia Política para a prestigiada Presses Universitaires de France, cujo primeiro volume seria *La crise de l'État*, publicado em 1976<sup>11</sup>. Em meio a isso tudo não só tinha

9 O total bruto de referências a Poulantzas em três bases de dados que reúnem os principais periódicos de Ciências Sociais em língua inglesa (*Sciences Citation Index*, *Social Sciences Citation Index* e *Arts & Humanities Citation Index*) é expressivo. Entre 1968 e 2008 (junho) foram concedidas 1.797 referências aos seus trabalhos, mais que o dobro de referências a Ralph Miliband, cifra próxima às citações de E. P. Thompson (2.186) e A. Giddens (2.549). O campeão foi Michel Foucault, com algo perto de 11 mil referências, quase o dobro de Pierre Bourdieu (5.923).

10 *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste* (1968); *Fascisme et dictature* (1970); *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (1974); *La crise des dictatures* (1975); *L'État, le pouvoir, le socialisme* (1978). Uma relação bem completa dos principais trabalhos de Nicos Poulantzas entre 1961 e 1980 pode ser lida em: Christine Buci-Glucksmann (Dir.). *La gauche, le pouvoir, le socialisme: hommage à Nicos Poulantzas*. Paris: PUF, 1983, p.29-33.

11 Para a natureza política do projeto e o sentido polêmico da coleção, ver Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder e nós*. In: Étienne Balibar et al., *O Estado em discussão*. Lisboa: Edições 70, 1981, p.79-84.

estabelecido uma bateria de noções teóricas que mudaram e comandaram por um bom tempo a terminologia na teoria política marxista, mas também contribuíram para reconstruí-la em bases inéditas. Jessop julga, possivelmente com razão, que Poulantzas foi “o mais importante teórico político marxista do pós-guerra”<sup>12</sup>.

Três exemplos são suficientes para medir sua capacidade de invenção: a idéia de *cena política* (por oposição a mundo político, meio político etc., e o acesso imediato ao sentido das ações dos políticos profissionais que essas locuções sugerem); a idéia de *periodização política* (contra a disposição e a classificação dos acontecimentos políticos numa mera cronologia); e a idéia de *autonomia relativa* do Estado (um traço constitutivo de todas as formas de Estado capitalista e não apenas dos “regimes fortes”). Tendo em vista a fraqueza da Ciência Política francesa (comparada principalmente com a História da Filosofia e com a História Social), e a dependência estrita que mantinha com os estudos de Direito Público, não deixa de ser notável a ponderação de Jean Leca: mesmo importando mais que exportando, um dos temas que melhor poderia contar a favor dos politólogos franceses nesse comércio internacional de idéias era “sobretudo a teoria do Estado”, e aí “os trabalhos de Nicos Poulantzas exerceram uma influência suficientemente forte sobre os departamentos de Ciência Política anglo-saxões a ponto de dar origem a eruditas refutações”<sup>13</sup>.

O novo vocabulário poulantziano tornou-se um trunfo graúdo no torneio acadêmico contra a Ciência Política não-marxista, já que fabricava e fornecia noções, elementos e conceitos realmente aplicáveis à análise concreta, uma reivindicação e uma reprovação antiga desta última. Buscava-se, com esse glossário e com os pressupostos que o afixavam, abrir para o marxismo um caminho exclusivo na Ciência Social dominante e instalá-lo no primeiro lugar.

Esse propósito envolvia superar o velho institucionalismo e sua hegemonia sobre a Ciência Política francesa, introduzindo em seu lugar o que Poulantzas chamou de uma “Sociologia Política de esquerda”. Compreendia também denunciar o primarismo das escolas anglo-saxãs e “a indigência prodigiosa dos resultados das pesquisas concretas dessa ‘Ciência’ Política”<sup>14</sup>; confrontar o pluralismo de R. Dahl e de R. Aron e a negação da idéia de que as classes sociais, não os grupos de interesse, influenciavam as decisões políticas; discutir o funcionalismo embutido na noção de “cultura política” com a qual G. Almond e S. Verba trabalhavam para pensar a legitimidade (ou a “aceitação”) das estruturas políticas capitalistas; contestar a análise sistêmica de David Easton, que havia condenado e

12 Bob Jessop, On the Originality, Legacy, and Actuality of Nicos Poulantzas. *Studies in Political Economy*, n.34, Spring 1991, p.75.

13 Jean Leca, La science politique dans le champ intellectuel français. *Revue Française de Science Politique*, v.32, n.4, 1982, p.655.

14 Nicos Poulantzas, Note bibliographique sur: Duverger (Maurice), *Sociologie de la politique*. Eléments de science politique. *Revue Française de Science Politique*, v.25, n.2, 1975, p.339 e 337, respectivamente.

depois banido o conceito de Estado, substituindo-o pelo de “sistema político”, mais real e mais operacional; e retificar o elitismo de Wright Mills, que havia importado para o pensamento crítico, por contrabando, a noção ideológica de “elite”<sup>15</sup>.

Esse resumo fala, todavia, só de um pedaço do projeto poulantziano. Há três fases diferentes na obra madura de Poulantzas. A essas três fases correspondem também três conceitos bem diferentes de Estado capitalista. Esses conceitos não são apenas desiguais, mas em grande medida incompatíveis entre si, já que pertencem a constelações teóricas e ideológicas exclusivas.

Alguns comentadores reconhecem apenas duas formulações da teoria poulantziana do Estado, a primeira e a última, na classificação que utilizo<sup>16</sup>. Para Clyde Barrow, porém, todos os títulos podem ser reunidos num rótulo só: “o conceito estruturalista de Estado”<sup>17</sup>. Adam Przeworsky, tão rigoroso, trata os escritos de Poulantzas em bloco<sup>18</sup>. Num texto mais recente, Barrow voltou a sustentar “a notável continuidade no pensamento de Poulantzas a respeito do Estado capitalista”<sup>19</sup>. Outros críticos sequer tomam essas fases (ou esse tema) como um princípio de classificação<sup>20</sup>. Para David Easton, o problema nem ao menos existe, já que é impossível encontrar uma definição clara (“positiva”) sobre o que é, afinal, o Estado capitalista em seus escritos<sup>21</sup>.

Ainda que não seja possível identificar uma correspondência direta, *ponto a ponto*, entre o que é/o que faz o Estado capitalista e qual a estratégia mais adequada para superá-lo, há um paralelismo entre essa teoria do Estado e as posições na política socialista que ela autoriza. Um enunciado tende a funcionar como condicionante do outro, e se eles não evoluem ao mesmo tempo, um é sempre pensado como resposta ao outro.

O quadro a seguir organiza algumas informações. Ele deve ser lido, porém, como toda tentativa desse tipo: uma forma de evidenciar diferenças, não de captar

15 Apóio essa enumeração dos adversários acadêmicos de Poulantzas na listagem confeccionada por Sérgio Braga: “Levantamento bibliográfico dos trabalhos citados por Nicos Poulantzas em sua obra *Pouvoir politique et classes sociales* (Maspero, 1968)”. Campinas, datilografado, s./d.

16 Ver Bob Jessop, *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*, *op.cit.*, em especial p.157-8; Martin Carnoy, *Estado e teoria política*. 3.ed. Campinas: Papirus, 1990, p.130-64; Jorge Tapia e Angela M. C. Araújo, “Estado, classes e estratégias: notas sobre um debate”. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Unicamp, n.22, out. 1991; e Eduardo Cesar Marques, “Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos”. *BIB*, n.43, 1º semestre 1997, p.70.

17 Ver Clyde W. Barrow, *Critical Theories of the State: Marxist, Neo-Marxist, Post-Marxist*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993, p.51-70.

18 Ver *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.103-15. Bresser-Pereira também não identifica as diferentes noções de Estado. Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, Estado, aparelho do Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, n.4, jul. 2001 (*Textos para discussão*).

19 Clyde W. Barrow, *(Re)Reading Poulantzas: State Theory and the Epistemologies of Structuralism*. Digit., s./d., p.6, Disponível em: <<http://www.umassd.edu/cfpa/docs/poulantzas.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2008.

20 Cf. Paulo Silveira, Poulantzas e o marxismo. In: \_\_\_\_ (Org.). *Poulantzas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984, p.7-40.

21 Ver David Easton, “O sistema político sitiado pelo Estado”. In: Bolívar Lamounier (Org.). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p.133.

nuances ou de sugerir condições e contextos que produziram a transformação de uma fase em outra.

## Quadro

### Trajétoria intelectual de Nicos Poulantzas (o conceito de “Estado capitalista”)

| Periodização         | Obras principais  | Conceito de Estado      | Função do Estado   | Extinção do Estado   |
|----------------------|---|-------------------------|--|--|
| 1ª fase              | <i>Poder político e classes sociais</i> (1968)  | <b>estrutura</b>        | <b>política:</b><br>coesão (dos níveis de uma formação) social                       | <b>destruição</b> do aparelho do Estado  |
| Texto de transição:  | O problema do Estado capitalista (1969) [artigo]  |                         |  |  |
| 2ª fase              | <i>Fascismo e ditadura</i> (1970)   | <b>aparelho</b>         | <b>político-ideológica:</b><br>coesão de uma formação social dividida em classes     |  |
| Textos de transição: | <i>As classes sociais no capitalismo de hoje</i> (1974)<br><i>A crise das ditaduras</i> (1975)      | <b>aparelho/relação</b> |  | <b>contradição</b> intra e interaparelhos  |
| 3ª fase              | As transformações atuais do Estado (1976) [artigo]<br><i>O Estado, o poder, o socialismo</i> (1978) | <b>relação</b>          | <b>econômica:</b><br>constituição (e não apenas reprodução) das relações de produção | <b>modificação</b> na correlação de forças em favor das massas dentro e fora do Estado |

Na primeira etapa da obra (1968), o Estado é definido como uma *estrutura* cuja função é garantir a coesão social. Essa tarefa exige do Estado capitalista a reprodução das relações de produção capitalistas e das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais. A superação do capitalismo impõe, portanto, a *destruição* do Estado capitalista. Esse processo deve seguir a estratégia leninista da dualidade de poderes: a classe trabalhadora mobilizada pelo Partido na direção da construção de um contra-Estado, paralelo e exterior ao Estado capitalista.

Na segunda etapa (1969-1975), o Estado é concebido como um *aparelho*, ou melhor: como um conjunto de aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos. Poulantzas não agrega uma nova função ao Estado (a função ideológica), mas



acrescenta uma nova maneira de cumprir a função global do Estado através da ação específica dos seus aparelhos ideológicos. Do ponto de vista político, se no artigo de 1969 explicita-se mais a posição ortodoxa de 1968 (introduzindo apenas variações menores quanto à estratégia: quais aparelhos de Estado devem ser “destruídos”, de que maneira, em que ordem etc.), o livro de 1970 aprofunda a discussão sobre os modos de transição ao socialismo através do debate das teses da III Internacional diante da ascensão dos fascismos. Essa discussão toca agora em dois pontos capitais: a necessidade de diferenciar as formas do Estado capitalista – democracia burguesa, ditadura burguesa, fascismo – e, portanto, as formas de luta correspondentes a cada uma dessas modalidades de dominação; e a necessidade de revisar a concepção herdada do Comintern sobre a revolução social<sup>22</sup>.

A partir da publicação de *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Poulantzas retifica parcialmente o conceito de Estado capitalista incluindo o aspecto “relacional”. Acoplando as duas definições – o Estado como aparelho e o Estado como relação –, começa também a trocar de teoria sobre a mudança social. Esse livro que é, em grande medida, uma discussão das teses do PCF a respeito das alianças entre as classes, suas posições e reivindicações no processo de transição ao socialismo, é estratégico para entender o sentido e o alcance da nova formulação. O ensaio de 1975 sobre o colapso das ditaduras no sul da Europa continua a discussão começada em 1974 sobre a natureza e as funções do Estado sob o capitalismo monopolista e apressa a mudança em sua concepção sem resolver, contudo, a ambigüidade entre um Estado como feixe de aparelhos e um Estado como expressão de uma relação social. Poulantzas só irá assumir explicitamente a nova definição no artigo sobre a crise do Estado nos países capitalistas adiantados, em 1976<sup>23</sup>. De toda forma, com a incorporação da idéia segundo a qual o Estado capitalista é nada menos que a expressão das contradições sociais, toda oportunidade de reorganização política da sociedade, desde a *transição* de um regime político para outro (da ditadura para a democracia), até a *transformação* de um regime social em outro (do capitalismo para o socialismo), passa agora pelos conflitos políticos no interior do próprio Estado, que ainda deve ser destruído, mas não de fora, de dentro.

Na terceira etapa da obra (1976-1978), essa fórmula está mais elaborada. O Estado é imaginado como uma espécie de registro físico do estado presente nas lutas da sociedade e sua função se desloca do domínio repressivo-ideológico para o domínio econômico. Ele torna-se a confissão institucional da relação entre as classes (dominantes e dominadas) numa dada formação social. A “via democrática para o socialismo democrático” é o resultado de um novo Estado, produzido por

22 Ver Bob Jessop, *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*, op.cit., p.178.

23 Ver Nicos Poulantzas, *Les transformations actuelles de l'État, la crise politique et la crise de l'État*. In: \_\_\_\_ (Dir.). *La crise de l'État*. Paris: PUF, 1976, p.19-58.

uma infinidade de rupturas políticas. O desejo de quebrar o Estado através de uma guerra civil cede lugar ao propósito de realizar uma “transformação radical não somente dos aparelhos ideológicos de Estado, mas também dos aparelhos repressivos”, processo esse cujo ponto decisivo é uma nova *correlação de forças* em favor das massas populares no campo estratégico do Estado<sup>24</sup>.

Cada uma dessas versões do conceito de Estado capitalista foi elaborada a partir de um contexto político e intelectual, *em função* de uma problemática teórica e *em razão* de uma estratégia política. Essa grade poderia ser aplicada também a outros conceitos teóricos (como a definição de “classe social”) e a outras formas de refletir sobre os problemas táticos da política socialista (as manobras eficazes em torno das “alianças de classe”, por exemplo)<sup>25</sup>.

O pressuposto dessa leitura é que quando se trata de uma obra de pensamento, “não se pode”, sem ser reducionista, “tratar como simples elementos de informação etnográfica” isto é, como elementos descritivos, menores ou acidentais, “os traços culturais que ela mobiliza”. Essas características, que estão presentes na obra de um autor e que definem sua singularidade, só fazem sentido, defende Bourdieu, no contexto da própria obra em que elas estão inseridas. Além disso, é preciso considerar, numa leitura mais contextual, o conjunto de obras a que a obra em questão faz referência, e as relações que definem a posição do seu autor tanto no espaço político quanto no espaço intelectual<sup>26</sup>.

Uma análise bem mais completa que a realizada aqui deveria ter presente todos esses determinantes. As variáveis que selecionei e seu tratamento desprezioso neste artigo – o ambiente universitário e as relações ambíguas da teoria marxista com ele, a disputa ideológica e epistemológica no coração do marxismo teórico, e o movimento político mais correto em direção ao socialismo – são antes um exemplo desse tipo de estudo do que o próprio estudo.

De toda forma, essas três variáveis comandaram – *é a hipótese de leitura* – as definições de Poulantzas a propósito de alguns temas obrigatórios da teoria política e alguns conceitos usuais da ciência social: a *política* (no capitalismo), o *poder político* (dos capitalistas) e o *Estado* (correspondente ao modo de produção capitalista). A anotação de cada fase de sua obra está submetida a essas coordenadas. Elas ressaltam tanto a *heteronomia* da teoria política marxista em relação ao mundo político quanto sua *autonomia* diante dos problemas empíricos tal como formulados, mas também dos procedimentos de verificação tal como aceitos pela Sociologia/Ciência Política convencional. É mais ou menos assim, eu imagino, que o próprio autor gostaria inclusive de ser decifrado. “Meu texto”, escreve ele,

24 Cf. Nicos Poulantzas, *Parcours: vers un eurocommunisme problématique*. In: \_\_\_\_\_. *Repères*. Hier et aujourd’hui: textes sur l’État. Paris: Maspéro, 1980, p.17.

25 Ver, no caso, Paulo Silveira, Poulantzas e o marxismo, op.cit., p.22 e segs.

26 Confira Pierre Bourdieu, “Leitura, leitores, letrados, literatura; e O campo intelectual: um mundo à parte”. In: \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*, op.cit., p.144-5; e p.177-8.

“requer certa sensibilidade do leitor aos problemas da luta de classes, visto que ele [o texto] é *completamente determinado* pela conjuntura teórica e política”<sup>27</sup>.

### 3. O ESTADO COMO ESTRUTURA, COMO APARELHO E COMO RELAÇÃO

#### 3.1 *O Estado como estrutura*

A ambição do primeiro Poulantzas foi formular a teoria política marxista – ou como ele preferiria, a teoria marxista do político. Tratava-se de produzir (não de compilar ou sistematizar) a teoria regional do político no modo de produção capitalista a partir de uma série de indicações presentes “nos clássicos do marxismo, nos textos políticos do movimento operário e nas obras contemporâneas de Ciência Política”, essas últimas admitidas somente depois de um trabalho crítico de seleção e depuração “dos elementos científicos” inseridos em seu “discurso ideológico”<sup>28</sup>.

O político designa aqui o nível jurídico-político do todo social, conforme expresso na metáfora de Marx proposta no Prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*. Um dos elementos do nível político é justamente o Estado e o plano de Poulantzas 1 é estabelecer a “teoria geral” do Estado capitalista – não realizar o diagnóstico de um Estado capitalista específico, numa sociedade específica (numa “formação social concreta”), num período histórico determinado. Esse não é assim um estudo de ciência social *stricto sensu*, tal qual *Who Governs?*, de Robert Dahl, ou a *Elite do poder*, de Wright Mills. Aqui não se propõe testar hipóteses, mas produzir conceitos (*PPCS*, I, 20).

O conceito de Estado capitalista, ao mesmo tempo o objeto do ensaio (seu assunto) e o objetivo a ser alcançado (seu produto), tem de ser suficientemente rigoroso e geral para reter e exprimir os traços essenciais e universais desse Estado em qualquer formação social capitalista. Por isso, *Poder político e classes sociais* deve ser tomado como um livro de teoria, a fim de localizar o nível de abstração do discurso; sobre a teoria, a fim de explicitar o tipo de discurso: sobre, ou contra, a teoria/ciência política convencional, mas também sobre a teoria a construir: a teoria marxista da política; e principalmente a partir da teoria, isto é, a partir de certo modo de interpretar o que é, em essência, a teoria marxista e o que ela tem a dizer. Daí que não se compreende bem nem o propósito do livro, nem seu lugar nessa tradição cultural, se se desconhece os principais debates no interior do marxismo teórico nesse momento e que presidem os vários engajamentos do autor.

Essa variante filosófica da ciência social não era um gesto cultural parisiense, apenas. Nos anos 1960, no momento em que Poulantzas elaborou seu primeiro

27 Nicos Poulantzas, *The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau*. *New Left Review*, n. 95, Jan.-Feb. 1976, p.68; grifos meus.

28 Ver Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspéro, 1971, v.I, p.12, 14. Cito essa edição daqui para a frente como *PPCS*, mais os números do volume e da página.

grande ensaio, as hierarquias escolares nas ciências humanas na França estavam decididas pela posição hegemônica ocupada no campo intelectual pela Escola Normal Superior e por seus modos e métodos de trabalho (em especial a “interpretação de texto”). O sucesso da Filosofia e seu impacto sobre o marxismo era potencializado pelo subdesenvolvimento e pelo desprestígio da Sociologia, fosse como disciplina acadêmica, fosse como prática de pesquisa, espremida entre o cientificismo de Lazarsfeld e o teoricismo de Gurvitch<sup>29</sup>. Assim, *Poder político* precisa ser lido como a continuação ou como a realização do comentário de Louis Althusser e seus associados sobre a obra de Marx.

Entretanto, no princípio das querelas que poderiam parecer tão só “acadêmicas” – estruturalismo e objetivismo de um lado, historicismo e humanismo de outro; economicismo *versus* politicismo; instrumentalismo ou autonomia relativa etc. – havia a disposição para, uma vez estabelecida a explicação mais apropriada das lições de Marx, influenciar a linha política seguida pelo PCF. Com base num amplo programa de leitura de *O capital*, o projeto de Althusser consistia, na realidade, em “retornar a Marx com o objetivo de buscar em sua obra a inspiração e os materiais para forjar uma política de esquerda verdadeiramente revolucionária”<sup>30</sup>.

Nesse contexto, *Poder político e classes sociais* possuía uma dupla cidadania: era um ensaio puramente teórico cujo objetivo era principalmente prático. Um exemplo disso é sua insistência em definir e demonstrar o lugar central do político/Estado no modo de produção capitalista e por que, em função disso, a luta política (“revolucionária”) deveria prevalecer sobre a luta econômica (“reformista”). Essa manobra, tanto na doutrina quanto na filosofia, depende de como se entende o que é e o que faz o Estado sob o capitalismo.

A produção de um *conceito genérico do Estado capitalista em geral*, isto é, um conceito que exprima o que há de universal em qualquer Estado capitalista, não importa qual, depende de um *conceito geral do Estado em geral*, isto é, de um enunciado suficientemente abrangente que diga o que é e o que faz *qualquer* Estado (não apenas o Estado capitalista) em todos os modos de produção, não só no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a questão decisiva para a teoria marxista do político é: Qual a função global do Estado? Resposta: “*o Estado possui a função específica de constituir o fator de coesão dos níveis [político, econômico, ideológico] de uma formação social*” dividida em classes (PPCS, I, 40; grifos no original).

Essa definição tem um corolário político e um corolário teórico. Conclusão política: toda prática que pretenda transformar a ordem social deve ter por objetivo não a “sociedade civil”, ou o “econômico”, mas o Estado, que é quem garante essa ordem. Inferência teórica: o Estado é a estrutura onde se “*condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação social*”. Segue-se daí que

29 Pierre Bourdieu, *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

30 Emilio de Ípola, *Althusser, el infinito adiós*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007, p.43.

o Estado (não o aparelho material, mas a “região” do todo social) torna-se o lugar privilegiado onde também se *decifram* a unidade e os modos de articulação das estruturas sociais (PPCS, I, 41). Nada mais legítimo, nesse contexto, que uma teoria do Estado como forma de compreender e explicar o funcionamento da sociedade.

O que é o Estado, isto é, como ele cumpre sua função geral (a coesão social) e que instituições fazem parte do Estado, depende do modo de produção considerado e da formação social na qual está inserido (PPCS, I, 42). Depende também das diversas *modalidades* que essa função global pode assumir: função econômica (a organização do processo de trabalho), função ideológica (a garantia do sistema escolar), função política (dominação de classe) (PPCS, I, 47-50). Essas “funções específicas do Estado” são sempre condicionadas por sua função política primeira – a manutenção da unidade social. Ela corresponde aos interesses políticos da classe dominante (PPCS, I, 51).

Poulantzas estabeleceu que no modo de produção capitalista o Estado, ou mais propriamente, *a superestrutura jurídico-política* capitalista produz, a fim de repor sem cessar sua função como reprodutor da ordem, dois *efeitos ideológicos*: o *efeito de isolamento*, que converte, através do sistema jurídico, os agentes sociais membros de uma classe (os trabalhadores manuais, por exemplo), isolados de todas as relações econômicas que os constituem em indivíduos particulares, sujeitos de direito, cidadãos privados, pessoas “livres e iguais” entre si (PPCS, I, 136 e segs.); e o *efeito de representação da unidade*, que é a capacidade desse Estado de desconhecer as divisões de classe e apresentar-se como encarnação da unidade social, disfarçando a realização dos interesses de uma parte da sociedade como a concretização da vontade geral do povo-nação (PPCS, I, 139 e segs.). Esses efeitos da estrutura jurídico-política não são, note bem, “ilusões ideológicas” produzidas pelo funcionamento regular das instituições culturais; são, antes de tudo, decorrência tanto do Direito burguês (as normas, os códigos, as disposições jurídicas) quanto do burocratismo burguês (isto é, da forma específica de composição da administração do Estado). Esses dois elementos, que não pertencem ao ideológico (isto é, à estrutura ideológica, que em si não existe como uma instância específica), condicionam a organização e a atuação do Estado capitalista, concorrendo para ocultar dos agentes sociais a realidade desse modo de produção: a divisão e a dominação de classes.

Para destruir a sociedade capitalista é preciso destruir a estrutura que produz e impõe esses efeitos reprodutivos.

### **3.2 O Estado como aparelho**

Poulantzas 2, ou a segunda versão poulantziana do conceito de Estado, *o Estado como um feixe de aparelhos*, é uma formulação diferente da primeira, não porque admita e enfatize “o papel da ideologia” nos processos de dominação e

legitimação política. Esse aspecto já estava presente e era uma consequência do funcionamento de duas instituições políticas específicas. Sua diferença não está também no fato de chamar a atenção, agora, para uma trivialidade: a ideologia não existe apenas nas idéias, nos costumes ou nas diferenças morais. Na realidade, quando Poulantzas afirma que a ideologia capitalista está incorporada “nas instituições”, ele se refere a quaisquer instituições, repressivas e ideológicas, que cumpram o papel de Estado<sup>31</sup> – e não somente ao Direito ou ao burocratismo.

Conforme a nova proposição, “o sistema estatal é composto por *vários aparelhos ou instituições*”. Alguns desses aparelhos “têm um papel principalmente repressivo, [...] enquanto outros têm um papel principalmente ideológico” (*PCS*, 77; grifos no original). Os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) – a escola, a imprensa, a Igreja etc. – têm em comum com os aparelhos repressivos do Estado (ARE) – o governo, a polícia, os tribunais etc. – o fato de desempenharem a mesma função. Segundo Poulantzas 2,

se o Estado é definido como a instância que mantém a coesão de uma formação social e [como a instância] que reproduz as condições de produção de um sistema social através da manutenção da dominação de classe, é óbvio [*sic*] que as instituições em questão – os aparelhos ideológicos do Estado – preenchem exatamente a mesma função (*PCS*, 77).

Nesse registro, tudo que faz a função do Estado é, por definição, Estado, sendo a diferença entre instituições “públicas” e “privadas” produto da ilusão inspirada e garantida pelo funcionamento das próprias instituições do Estado. Em *Fascisme et dictature*, é justamente esse modelo ARE/AIE que irá informar a teorização das formas de Estado “de exceção”, e a questão chave aqui, diferentemente de *PPCS*, será como, através do jogo desses aparelhos específicos (e não através do efeito das estruturas), o Estado capitalista realiza sua função.

Os acontecimentos de maio/junho de 1968 na França trouxeram a questão do papel ativo do sistema de ensino (e, por extensão, do ideológico) para os processos de reprodução social. Essa constatação – Louis Althusser irá escrever que a escola se tornara, nas formações capitalistas “maduras”, o aparelho ideológico de Estado dominante<sup>32</sup> – está na origem da nova formulação poulantziana sobre o Estado capitalista. A *transformação* do conceito de Estado (não a “ampliação”, como em geral se sustenta) indica que Poulantzas irá, daqui em diante, aceitar

31 Ver Nicos Poulantzas, “The Problem of the Capitalist State”. *New Left Review*, n.58, Nov.-Dec. 1969, p.76; grifos do autor. De agora em diante utilizo a seguinte abreviação para referir esse texto: *PCS*, seguido do número da página.

32 Ver Louis Althusser, “Ideologie et appareils idéologiques d’État”. *La Pensée, Revue du Rationalisme Moderne*, n.151, p.3-38, Mai-juin 1970.

e expandir a fórmula *Estado = coerção + consenso* proposta por Gramsci, sua principal influência teórica a partir de então<sup>33</sup>.

Os dois trabalhos sobre as diferentes formas de Estado de exceção (o de 1970 e o de 1975) não devem ser tomados como estudos empíricos sobre regimes políticos concretos em detrimento da teorização sobre o Estado capitalista, como argumentou Thomas<sup>34</sup>. O próprio Poulantzas esclareceu que “o problema do Estado na teoria marxista” poderia ser ilustrado, “de maneira *exemplar*”, por algumas proposições feitas a propósito da “forma *crítica*” do Estado capitalista, “que é o Estado fascista”<sup>35</sup>. Vejamos rapidamente esse aspecto, uma vez que ele é estratégico para alcançar o objetivo do texto.

A nota à edição portuguesa do livro (de 1971) é bem explícita a respeito. Justificando a oportunidade do seu ensaio, Poulantzas julga necessário enfatizar o

[...] plano epistemológico do trabalho. [...] Não se trata, em sentido estrito, de um texto historiográfico: os casos do fascismo italiano e do nazismo alemão somente são aqui tratados a título de *exemplos*. Não são tratados como *modelos* em relação aos quais todo e qualquer fascismo deveria ser julgado. Tentei, com efeito, estabelecer o conceito de Estado de exceção e das suas formas de regime: o fascismo, a ditadura militar, o bonapartismo, insistindo particularmente no conceito de fascismo – que, como qualquer conceito, é teórico<sup>36</sup>.

O que está em jogo, portanto, não é a *experiência histórica* concreta dos dois regimes, mas seus casos tomados como evidências reais das *características gerais* do Estado de exceção.

Esse projeto é tanto mais importante quanto se sabe da utilidade científica/política “de uma teoria do Estado capitalista que” possa “explicar suas formas diferenciais”: não apenas as “grandes diferenças” entre o “Estado democrático-parlamentar e o Estado de exceção”, mas uma teoria que seja capaz de ir “ainda mais longe” e que consiga “explicar as diferenças no próprio seio do Estado capitalista de exceção”. Essas dessemelhanças entre fascismo e ditadura militar, exploradas mais sistematicamente em *A crise das ditaduras*, “são decisivas quanto à estratégia política a seguir”, tendo presente as disparidades dos regimes políticos<sup>37</sup>.

A oportunidade para escrever um livro sobre o assunto surgiu de alguns problemas muito práticos. Thomas notou que desde o golpe militar de abril de 1967

33 A problemática althusseriana que inspirou PPCS obviamente não desaparece. Para uma análise e uma crítica da sua permanência no segundo Poulantzas, ver Daniel Bensaïd, Poulantzas, “La politique de l’ambiguïté”. *Critiques de l’Économie Politique*, n.11/12, Avril-Sept. 1973.

34 Ver Paul Thomas, “Bringing Poulantzas Back In”. In: Stanley Aronowitz & Peter Bratsis (Eds.). *Paradigm Lost: State Theory Reconsidered*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2002, p.74.

35 *Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme*. Paris: Maspero, 1970, p.326; ver também p.9. Refiro essa edição desse ponto em diante como *FD*.

36 Nicos Poulantzas, Nota à edição em língua portuguesa. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.9; grifos no original.

37 Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p.144.

permanecia sem resposta a pergunta sobre como definir o regime grego: fascismo ou ditadura militar? A essa pergunta somava-se uma preocupação política real para Poulantzas: “como melhor impedir que o regime [dos coronéis] consolidasse uma base de massa tal como ocorrera nos verdadeiros regimes fascistas”. Essa agenda política impôs então o estudo do período dos “totalitarismos” na Europa nos anos 1930. O risco e as conseqüências da avaliação teórica errada da natureza do regime nacional-socialista alemão e do fascismo italiano (e nesse sentido são bastante instrutivas as comparações e as contraposições entre as formulações de Trotsky, Togliatti, Bukharin, Bordiga, Kamenov, Dimitrov, Zinoviev, Varga, Radek, Zetkin etc.) trouxeram de volta o estudo da linha estrita seguida pela política do Comintern no Terceiro Período (1928-1935), que consistia em identificar, para fins teóricos, retóricos e práticos, o fascismo e a “democracia burguesa” (duas formas, afinal, do mesmo Estado capitalista). Tais concepções, note bem, ainda vigiam em fins dos anos 1970 no movimento operário europeu e haviam ganhado nova vida nas “teorias ortodoxas sobre o capitalismo monopolista de Estado” (animadas pelo PCF), inspirando a estratégia política das correntes de esquerda<sup>38</sup>.

Um tema que unifica toda a discussão de *Fascismo e ditadura* é a questão das “crises”: crise econômica, crise política, crise ideológica, crise de hegemonia, crise de Estado etc. O Estado fascista é uma forma de Estado “de crise”. Como compreender as crises políticas que estão na origem da crise generalizada dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado – crise essa a que o Estado fascista constitui a resposta? A abordagem mais problemática a refutar sobre o tema é a análise *institucionalista*. Ela termina por reduzir o fascismo a uma vaga “crise das instituições” do Estado democrático-parlamentar, sem ver, no entanto, que “não são as instituições que determinam os antagonismos sociais, é a luta de classes que comanda as modificações do aparelho do Estado” (*FD*, 65)<sup>39</sup>. A tal “crise das instituições” não é senão o seu efeito.

Esse ponto – *a luta de classes* e seu papel na organização do sistema institucional dos aparelhos do Estado – será decisivo para entender o desdobramento dessa teorização. *A crise das ditaduras* prepara mais uma retificação do conceito de Estado capitalista e mais uma virada política e ideológica em suas convicções sobre o processo de transformação social e de transição política.

Estando evidente “que as contradições de classe se exprimem *sempre*, e de forma específica, como contradições internas ao Estado, que nunca é, nem pode ser, um bloco monolítico sem fissuras”, seria preciso considerar o Estado capitalista não como uma coisa manipulável por uma classe, ou como um sujeito manipula-

38 Paul Thomas, “Bringing Poulantzas Back In”, op.cit., p.74.

39 *Apud* Danièle Léger, Pour une sociologie marxiste du politique: itinéraire de Nicos Poulantzas. *Revue française de sociologie*, v.17, n.3. Jul.-Sept. 1976, p.518. Ela observa também que “A literatura sobre os eventos de maio-junho de 1968 permitiram que N. P. medisse a difusão da problemática institucionalista sobre o conjunto das correntes sociológicas na França” (p.518, n.41) e se posicionasse criticamente perante elas.



dor, com vontade própria, mas como uma relação: “mais precisamente”, como “a condensação da relação de força entre as classes, tal como essa relação se exprime, *de maneira específica, no seio do Estado*”<sup>40</sup>. Sua transformação depende exatamente da luta de classes. Esse conflito atua entre “as massas populares” e o aparelho de Estado; entre os próprios aparelhos do Estado; e no interior de cada aparelho onde as camadas, categorias, classes e frações de classe dominantes estão alojadas.

### 3.3 O Estado como relação

*O Estado, o poder, o socialismo* registra uma mudança a mais no conceito de Estado. Se no Poulantzas 1 tínhamos uma *definição estrutural* (o Estado é uma estrutura invariante que produz, através do direito e do burocratismo burguês, efeitos ideológicos funcionais para a reprodução do sistema social), e no Poulantzas 2 uma *definição funcional* (tudo aquilo que participa da função do Estado é, para todos os efeitos, Estado, sendo seu desempenho apreensível através do jogo entre AIE e ARE), agora temos uma *definição relacional*. O Estado capitalista é a “condensação material” da *relação de forças* entre as classes e frações numa dada sociedade.

Aqui se percebe, de forma mais explícita ainda, a pretensão em articular uma problemática teórica (*a concepção de Estado capitalista*) a uma problemática política (*a dinâmica da transição socialista*). Na realidade, neste ensaio há, mais até que nos anteriores, uma *subordinação* da teoria do Estado “à situação política na Europa” e à questão (supunha-se) “na ordem dia” na política continental: a “questão do socialismo democrático”<sup>41</sup>.

A nova virada conceitual de Poulantzas veio acompanhada da (auto)crítica em relação ao projeto dos marxistas estruturalistas de construir uma *teoria geral* do político e do Estado válida para os diversos modos de produção, miragem enxergada também, ou tanto mais, pela “Ciência” e pela “Sociologia” Política dominantes, que insistiam, segundo ele, numa abstração: uma Teoria Política universal (*EPS*, 23-4, aspas do autor). Agora, de acordo com Poulantzas 3, “*a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua constituição histórica e de sua reprodução*” histórica (*EPS*, 29; grifos no original).

Essa tomada de posição contra a grande teoria não foi apenas um ajuste de contas com seu passado filosófico anterior. Foi uma maneira de intrometer-se ao mesmo tempo em dois debates. Primeiro, no debate italiano sobre “o Estado”, protagonizado por Norberto Bobbio e animado pelo PCI, no qual aquele censurava o fato de os clássicos do marxismo não possuírem uma teoria do Estado. Foi uma maneira de intervir também na querela parisiense sobre “o Poder”, liderada por Foucault e

40 Nicos Poulantzas, *La crise des dictatures*: Portugal, Grèce, Espagne. Paris: Seuil, s./d., p.94-5; grifos no original.

41 Idem, *O Estado, o poder, o socialismo*, op.cit., p.11. De agora em diante, utilizarei a seguinte notação: *EPS*, seguida da respectiva página na tradução brasileira (2.ed., 1985).

Deleuze, na qual se censurava ao marxismo exatamente o oposto: o fato dos seus epígonos situarem a política e o poder exclusivamente no terreno do Estado<sup>42</sup>.

No marxismo, alega agora Poulantzas 3, não há teoria geral do político, do poder e do Estado porque não poderia haver teoria desse gênero. “Um dos méritos do marxismo”, escreve ele, é “o de ter afastado [...] os grandes devaneios metafísicos da filosofia política, as vagas e nebulosas teorizações” que pretendiam “revelar os grandes segredos da História, do Político, do Estado e do Poder” (*EPS*, 25). Foi o avesso disso, a existência de um sistema teórico “escatológico e profético”, conhecido por *teoria marxista-leninista do Estado*, que impediu a análise dos regimes do Leste Europeu (*EPS*, 26).

Já o problema do “Poder”, isto é, sua natureza, sua função e seu lugar deve ser pensado a partir da problemática clássica do marxismo: relacionado às *classes sociais* (isto é, à divisão social do trabalho e às relações sociais de exploração) e às *lutas de classe*. O Estado não tem, por definição, poder político *próprio*; o poder é sempre um poder de classe, não redutível ao Estado, aos seus aparelhos e aos seus “discursos”, mas constituído por ele e concentrado nele – lugar principal do exercício do poder político (*EPS*, 42-4; 50-1; 169). O poder de classe, no caso, atua *no e através do* Estado. Nada mais distante, portanto, daquela “visão que dilui e dispersa o poder em incontáveis microssituações, subestima consideravelmente a importância das classes e da luta de classes e ignora o papel central do Estado” (*EPS*, 51).

Aproveitando essas polêmicas, e as condenações ao marxismo que estavam na base delas, “economicismo” de um lado, “estatismo” de outro, Poulantzas trata de pensar contra Bobbio e contra Foucault, mas também contra uma “galáxia de inimigos e erros”<sup>43</sup> dentro do próprio marxismo – as interpretações do materialismo histórico conforme Étienne Balibar, as teses dogmáticas do PCF sobre o “capitalismo monopolista de Estado”, a teoria do Estado tal como proposta pela Escola Lógica do Capital (os derivacionistas alemães), as estratégias políticas do eurocomunismo italiano (Enrico Berlinguer, Giorgio Amendola) e do eurocomunismo espanhol (Santiago Carillo), as leituras arrevesadas de Gramsci (a principal influência do livro), a separação entre o Estado e a “sociedade civil” tematizada nos livros de G. della Volpe, U. Cerroni, H. Lefèbvre etc. – três temas em nova chave interpretativa: a questão do *aparelho* de Estado, do *poder* de Estado e das *funções* do Estado. São esses temas que soldam e sustentam a nova formulação.

O primeiro, “a materialidade institucional do Estado”, é uma afirmação da especificidade do Estado capitalista como uma instituição separada, mas não

42 As relações do último Poulantzas com as teses de Foucault são um tanto mais complexas e fogem ao propósito deste artigo. Para o caso, consultar *EPS*, 74-89, e 167-77. Ver também Bob Jessop, *State Theory: Putting States in their Place*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1990, p.248-72.

43 Cf. Stuart Hall, “Nicos Poulantzas: State, Power, Socialism”. *New Left Review*, n.119, Jan.-Feb., 1980, p.67.

independente, das *relações de produção* (o nome marxista para Sociedade). Ele não pode, contra as concepções instrumentalistas, ser reduzido à sua função na dominação política ou ao seu “uso” de classe. O Estado, note, não é apenas o papel que ele desempenha (a dominação política), mas um aparelho, ou melhor: um conjunto de aparelhos repressivos, ideológicos e, agora, *econômicos* (EPS, 17).

O segundo grande tema do ensaio do Poulantzas 3 é o aspecto relacional do poder: o Estado é a condensação de uma relação de forças entre as classes e frações de uma sociedade. Essa fórmula é uma declaração não só de que os conflitos e as contradições sociais estão dentro dos aparelhos do Estado, como na formulação de 1975, mas o definem e o constituem. O Estado capitalista cristaliza nos e através dos seus aparelhos uma *relação de forças*. O que significa aqui o termo “relação”? O Estado é pensado como uma *relação social* por analogia ao Capital – também uma relação social, na fórmula de Marx (EPS, 147). O capital, como se sabe, não designa uma coisa que se dispõe (se “investe”, como o dinheiro), nem uma substância (mágica) que submete, com base no seu “poder” próprio, os indivíduos impotentes. O capital é uma relação social entre agentes sociais. Sua existência e sua persistência dependem das *relações de força* entre as classes nas lutas econômicas; é apenas na e através das lutas de classe que a forma-valor se reproduz. Do mesmo modo, isto é, por analogia, o (poder de) Estado deveria ser visto como uma forma-política determinada (isto é, “condensada”) pelas relações de força – instáveis, cambiáveis, provisórias – entre as classes implicadas nas lutas políticas<sup>44</sup>.

O terceiro tema de EPS, “o Estado e a economia hoje”, é uma problematização do modo de articulação específico entre o nível político e o nível econômico. Em função de uma série de alterações nas relações de produção capitalistas e nas formas de reprodução da força de trabalho, o Estado se vê cada vez mais presente no processo de acumulação. O papel econômico do Estado infla, supera e submete à sua lógica as outras funções estatais (ideológicas e repressivas). Isso implica que o espaço político se amplie consideravelmente, se modifique e constitua, graças ao processo complexo de reorganização dos aparelhos do Estado, um verdadeiro “aparelho econômico especializado” (EPS, 195). Como “*o conjunto das operações do Estado se reorganiza [...] em relação a seu papel econômico*”, as outras funções estatais ficam diretamente subordinadas ao “ritmo específico de reprodução e acumulação do capital” (EPS, 193; grifos no original).

A modificação nas funções do Estado capitalista nos países centrais dá origem a uma nova *forma de Estado*, o “estatismo autoritário”, vigente mesmo sob os regimes democrático-liberais. Esse arranjo político caracteriza-se, entre outras coisas, pelo declínio do Legislativo, fortalecimento do Executivo, perda de representatividade dos partidos, diminuição das liberdades políticas e decadência dos mecanismos democráticos (EPS, 250-79).

---

44 Bob Jessop, *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*, op.cit., p.337-8.

Esse não é, todavia, um processo unívoco, *mas traz consigo*, no entanto, *inúmeras contradições*. Para citar apenas duas: a transformação das cúpulas do aparelho do Estado em partido político da burguesia faz com que suas decisões percam seu caráter “universalista”, gerando um déficit de legitimidade; a capilarização da atividade estatal faz que o Estado abra-se às reivindicações populares que atravessam de alto a baixo seus aparelhos, induzindo aberturas inesperadas, rupturas internas, conflitos entre os ramos, fraturas entre as cúpulas e as bases etc. São exatamente essas contradições que deveriam ser exploradas no processo de transformação social, seja preservando (e ampliando) as instituições políticas da democracia liberal, um dos requisitos do “socialismo democrático”, seja desenvolvendo, contra as concepções dos PCs europeus, órgãos de democracia direta. Essas oposições dão origem a “novas formas de lutas populares” (EPS, 272; 282-7). Nesse contexto, o objetivo estratégico da esquerda não é mais, ou não é *em primeiro lugar*, destruir o Estado, mas mudar a correlação de forças internas aos aparelhos do Estado, explorando suas contradições (EPS, 295 e segs.).

### Conclusão

A originalidade de Nicos Poulantzas não foi só trazer o tema do Estado de volta à cena teórica, mas, antes, reinscrever a *problemática política* na tradição marxista, corrigindo um velho hábito daquele marxismo esotérico de filósofos e estetas profissionais dedicado quase exclusivamente ao estudo das superestruturas culturais e aos problemas de “método”.

Essa disposição para refletir sobre as questões clássicas do materialismo histórico (as transformações do capitalismo, a máquina do Estado burguês e as estratégias das lutas sociais) permitiu que se superasse, ao menos no âmbito teórico, o “divórcio estrutural” (a expressão é de Perry Anderson) entre o pensamento e a prática revolucionárias, promovido e incentivado, a partir do entre-guerras, pelo marxismo ocidental. Paradoxalmente, *Poder político e classes sociais* (1968) registrou, numa linguagem altamente abstrata, a substituição dos temas da filosofia pelos da política e economia.

Esse giro do *objeto de pesquisa*, provocado e produzido pela obra de Poulantzas, foi acompanhado por uma nova subordinação entre as controvérsias doutrinárias dos partidos comunistas europeus, a reflexão teórica dos intelectuais universitários comprometidos com o socialismo e a *problemática política* do materialismo histórico, de tal sorte que qualquer sociogênese do conceito de “Estado capitalista” na doutrina marxista do Estado não pode ignorar as conexões entre política, sociologia e teoria.

Esse novo *método de pesquisa*, por assim dizer, irá implicar na justaposição de problemas de naturezas diversas – o social e o sociológico; o político e o politológico. Esse traço característico da “ciência social” marxista fica particularmente claro no discurso poulantziano. Sua teoria do Estado é o produto de três modos distintos de conhecimento: o *filosófico*, amparado no comentário dos textos dos

clássicos do marxismo; o *político*, resultado da sobreposição entre a teoria marxista e a teoria socialista; e o *científico* ou “sociológico”, exigido para conquistar o objeto de pesquisa (o Estado capitalista) das sociologias não marxistas. Essa confluência contribuiu para congestionar seu texto tanto de conceitos teóricos como de declarações categóricas com base em uma série de tomadas de posição em cada um desses campos.

*O Estado, o poder, o socialismo* (1978), seu último livro, explicita justamente como a explicação pode informar e viabilizar a revolução, movimento que não só ilustra mas amplia aquela inclinação para soldar, e assim confundir, os sucessivos ajustes na teoria do Estado com as mudanças nas “lutas de classe”, isto é, com a mudança na maneira de perceber a evolução da conjuntura política e econômica e avaliar as oportunidades das transformações sociais.

